

**ATA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017
DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA SELO MUNICÍPIO VERDE - PSMV**

Data: 14 de fevereiro de 2017

Local: Auditório da SEMA

Horário: 09:00h - 1ª Convocação

09:30h - 2ª Convocação

Aos quatorze do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se às nove horas em primeira convocação, no Auditório da SEMA, localizada na Av. Pontes Vieira, nº 2666 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE – CEP: 60135-238, nesta cidade de Fortaleza – Ceará, o Comitê Gestor-CG do Programa Selo Município Verde-PSMV, quando a Sra. Maria do Socorro Ferreira de Azevedo, Coordenadora do PSMV, após constatar a existência de quorum regulamentar de acordo com o Decreto nº27.074/2003 “Cap.V Do Funcionamento do Comitê Gestor – Seção I Das Reuniões do Colegiado” publicado no DOE em 05.06.2003: (<http://www.sema.ce.gov.br/index.php/selo-municipio-verde/legislacao>), passou a palavra ao Presidente do Comitê Gestor, Sr. Artur José Vieira Bruno, que declarou aberta a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Programa Selo Município Verde, do ano de dois mil e dezessete, às 09:30h em 2ª Convocação, com as seguintes presenças: Sérgio Murilo Martins Cruz (SESA – membro suplente), Sr. Luis Gonzaga Sales Júnior (UECE – membro titular), Luiz Carlos Rocha Mota (SRH – membro titular), Sra. Maria Alice Guedes (SRH – membro suplente), Sr. Abraão Evangelista Sampaio (CAGECE – membro titular), Sra. Rogéria Oliveira Dias (CAGECE – membro suplente), Sr. João Bosco Andrade de Moraes (SEINFRA – membro suplente), Sra. Maria Eulália Costa Aragão (SEMACE – membro titular), Renata Leite da Silva Freire (IBAMA – membro titular), Sr. Francisco Casimiro Filho (UFC – membro titular), Sr. Mario Eduardo F. da Silva (BNB – membro titular), Sra. Najila Rejanne A. Julião (IFCE – membro titular), Sr. Raimundo Nogueira Bezerra (OAM – membro titular), José Iramilson Costa Pereira (AGACE – membro titular), Ubiratan Sales Vieira (CREA – membro titular), Maria Irlés de Oliveira Mayorga (membro convidada) e Antônia Massília Santos Silva (Técnica CODES/SEMA), tendo como Pauta:

- Abertura/ Informes
 - Votação da Ata da 4ª Reunião Ordinária/ 2017;
 - Formação de grupo de trabalho- GT da Comissão Técnica para revisão do Formulário de Avaliação – 2016;
 - Deliberação sobre a frequência das instituições nas reuniões do CG em 2016;
 - Encerramento/Encaminhamentos
1. O Presidente, Sr. Artur Bruno, agradeceu a presença de todos, em especial aos membros que representam as novas instituições que recentemente ingressaram no Comitê do PSMV, no caso, a AGACE e o CREA, com a expectativa de melhorar e aperfeiçoar os trabalhos e que uma das finalidades deste Comitê seja aprimorar as gestões ambientais. Comentou sobre a premiação do PSMV no dia 13.12.2016, quando 19 municípios foram certificados e que a partir do ano de 2016 houve uma mudança no decreto e esta avaliação e premiação passou a ser bianual e que no início do programa ocorria anualmente. O Comitê contribuiu e pode contribuir ainda muito para que esta avaliação seja aperfeiçoada, inclusive já é uma das premissas do Programa, a sua evolução, e a assessoria técnica do Comitê tem concorrido para um avanço significativo na gestão dos municípios de todo o estado, como é o caso de alguns que já licenciam. Com relação ao licenciamento, o secretário ainda falou que a resolução estabelece a definição de impacto ambiental local no âmbito do licenciamento e fiscalização, regulamentando as diretrizes da lei complementar nº 140 e que a SEMA, SEMACE, APRECE e AGACE, que esta agrega os secretários do meio ambiente dos municípios



cearenses, decorreram por 11 meses discutindo o que de fato é impacto local e tanto o Estado e o Município entendem sobre isso, e que tudo foi feito com muita responsabilidade, inclusive, de acordo com a legislação, cabe aos municípios promoverem o licenciamento de atividades que se enquadrem nesses parâmetros.

O Presidente Sr. Artur Bruno divulgou o Encontro de Gestores Municipais de Meio Ambiente que ocorrerá no dia 21 de março de 2017 na Assembleia Legislativa, quando a SEMA e a SEMACE por meio de Seminários, irão expor os Programas e Projetos aos Gestores Municipais com o objetivo de firmar parcerias com os municípios e garantir a continuidade das ações com qualidade considerando a situação atual que o estado do Ceará se encontra, com medidas de contenção de gastos decorrentes da redução de recursos. Se reportou ainda quanto a questão de resíduos sólidos, que há necessidade de novas ações para objetivar a redução dos impactos, tendo como dados de 2015 no estado do Ceará existiam 280 lixões em média e que em 2016 dos 184 municípios, 26 implementam a coleta seletiva e 06 depositam os resíduos de maneira adequadamente ambiental em aterro. A SEMA está em constante trabalho para subsidiar os estudos e na elaboração de programas e projetos voltados para o tema específico, assim como o lançamento dos planos regionais de resíduos sólidos, avaliação ambiental estratégica da qualidade da água, plano de recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto, dentre outros.

Finalizando, o Presidente Sr. Artur Bruno fez uma breve retrospectiva do período enquanto deputado estadual e na mesma época da primeira gestão do ex governador Cid Gomes, quando se idealizou o ICMS de 25 % para repartir com os municípios, sendo 18% para a educação, 5% para saúde e 2% para o meio ambiente. Atualmente o IQM tem pouco efeito, considerando que o percentual de 2% repassados aos municípios não são garantidos para as execuções no meio ambiente, sugerindo que o Comitê intensifique esta proposta junto aos municípios através do PSMV, como forma de se estimular a criação de leis municipais que garantam que este recurso de 2% seja de fato destinado para as ações ambientais municipais.

2. Seguindo a Pauta, a Sra. Socorro Azevedo/SEMA conduziu a reunião dando as boas vindas a todos os membros presentes e passando a palavra aos membros conforme a ordem de inscrição, iniciando pelo Sr. Iramilson/AGACE.
3. O Sr. Iramilson/AGACE comentou que o critério avaliado na saúde para o repasse do ICM é a taxa de mortalidade infantil no município, isto é, apenas 1 (um) indicador, e está acontecendo semelhante com o repasse do ICMS para o meio ambiente, uma vez que o IQM está focando apenas os resíduos sólidos, mas está previsto no Decreto Nº29.881, de 31.08.2009 em seu Art.20, que a partir do ano de 2012 poderão ser utilizados indicadores baseados na certificação Selo Município Verde para o cálculo do Índice de Qualidade Municipal – IQM. Comentou ainda que considera a avaliação do PSMV bem mais consolidada para ser utilizada para o cálculo do IQM, porque a avaliação dos resíduos no IQM é apenas um eixo dentro da avaliação do PSMV, que possui 5 (cinco) Eixos. Informou ainda que no momento sua preocupação é com o período de avaliação do programa, que inclui o ano anterior da gestão passada e o ano da gestão atual, haja vista que na região do Maciço de Baturité houve mudança de quase 90% dos gestores municipais os quais ainda estão se empoderando dos arquivos deixados ou não pelos seus antecessores, e na sua opinião a avaliação do PSMV deveria ser voltado para o Gestor Municipal.
4. A Sra. Najila/IFCE fez um breve relato sobre o IQM, o qual surgiu de uma luta histórica através da demanda de uma dissertação de mestrado com o tema ICMS Ecológico,



onde se pensou em trabalhar um Índice de Sustentabilidade Ambiental – ISA, e inclusive participa do Programa desde o início em 2003 e do Comitê Gestor do PSMV, juntamente com a Professora Irlles Mayorga e a Socorro Azevedo. Afirmou ainda que é uma prerrogativa do programa de não avaliar o gestor municipal e sim a gestão ambiental municipal e ao mesmo tempo solicitou para que todos possam priorizar este pensamento e que as ações deverão acontecerem em consonância com a legislação.

5. A Sra. Socorro Azevedo/SEMA ratificou as palavras da Sra. Nájila, que as boas ações ambientais devem ser continuadas, embora sabe-se que isto não ocorre por motivo de mudança na linha política da gestão municipal.
6. A Professora Irlles Mayorga agradeceu o convite ora formulado pela SEMA para participar do Comitê Gestor, e lembrou a gestão de governo do então ex-governador Dr. Lúcio Alcântara e que o PSMV começou como um programa de governo e se tornou uma política de estado. Ao mesmo tempo em que agradeceu, falou que realmente foi surpreendida com a homenagem da SEMA de Menção Honrosa no dia do evento da Certificação dos municípios no PSMV, destacando ainda a falta de uma maior publicidade por parte da prefeitura de Fortaleza, tendo em vista a notoriedade de que o município de forma inédita no programa foi classificado na categoria A, e que era uma premissa do Programa desde o Projeto Piloto, em 2004, de que levaria cerca de 10 anos para que um município atingisse essa classificação. Expôs ainda seu sentimento de felicidade por ter percebido que atualmente no município de Caucaia as ruas estão sendo frequentemente limpas e parabenizou a Sra. Socorro Azevedo pelo trabalho que tem realizado como Coordenadora deste programa desde quando assumiu na SOMA (Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente).
7. Dando continuidade a pauta, a Sra. Socorro Azevedo/SEMA apresentou o Art. 18 do Decreto nº 27.074 de 02.06.2003 sobre a deliberação da frequência das instituições nas reuniões do CG em 2016 com relevantes observações sobre as instituições faltosas conforme demonstrado no quadro de frequência que foi enviado com Ofício, ressaltando as 06 ausências da OAB e da URCA seguidas pela SETUR e UVA com 05 faltas, sendo que o representante da OAB já estava presente nesta 1ª Reunião do CG. Citou ainda o parágrafo único do referido Artigo que cita “O Presidente do Comitê enviará ofício ao dirigente ou representante legal do órgão ou entidade, solicitando a substituição do membro faltoso, dentro de um prazo de 30 dias, após aprovação do Colegiado”.
8. O Sr. Luíz Carlos/SRH falou que devemos entender e repensar com relação a estas instituições faltosas, uma vez que existem vários fatores que interferem e deve-se levar em conta tais como: a falta de recurso, deslocamento e distância para que os membros representantes possam participarem das reuniões.
9. O Sr. Abraão/CAGECE comentou que concorda de que deve haver por parte da SEMA um chamado nestas instituições para que as mesmas se atentem sobre a importância do compromisso firmado para com o programa, principalmente por ser regido por Lei, Decretos e Regimento Interno, e que já aconteceu de participar de reuniões que ocorre no prédio ao lado da instituição faltosa que sequer justificou a ausência.
10. A Professora Irlles Mayorga sugeriu fazer videoconferência com as instituições que manifestarem compromisso e interesse, sendo que a maioria dos presentes considera que provavelmente não iria surtir efeito, haja vista a falta de interesse que as referidas



instituições têm manifestado em até mesmo indicar a substituição dos membros faltosos, segundo a Sra. Socorro Azevedo/SEMA.

11. O Sr. João Bosco/SEINFRA relatou que foi chamado a atenção pelo Secretário de sua instituição por causa das ausências nas reuniões do Comitê Gestor do PSMV, e desde então, se compromete em ser mais participativo, inclusive participando da Comissão Técnica. Por esta experiência ele acredita que os reitores das duas universidades citadas deverão tomar alguma providência após o recebimento de um Ofício solicitando as respectivas substituições.
12. A Sra. Socorro Azevedo/SEMA falou que a conexão do titular com o suplente é de extrema importância, exemplificando as instituições SRH e CAGECE onde tanto os titulares como os suplentes representantes das mesmas estavam presentes nesta reunião, mesmo não sendo obrigatório.
13. A Professora Irles Mayorga ressaltou que a instituição ao indicar os membros para fazerem parte do comitê, deve analisar o perfil da pessoa indicada, pois a mesma deve estar integrado à temática meio ambiente, no que foi complementado pela Sra. Socorro Azevedo/SEMA que falou que este ponto é abordado nos ofícios enviados às Instituições e conforme as competências citadas no Decreto e como encaminhamento, será feita uma nova tentativa com as Instituições faltosas, para as quais será novamente enviado pela SEMA um ofício solicitando a substituição dos membros e convocá-los para a próxima reunião.
14. O Sr. Nogueira/OAB justificou as suas ausências da sua instituição por motivo da indefinição da indicação pelo presidente, porém este problema já está definitivamente resolvido e que agora já esta tudo regularizado entre ele e o suplente, que fazem parte da Comissão de Meio Ambiente da OAB.
15. A Professora Irles Mayorga perguntou o porque das instituições que compõem o comitê do PSMV não divulgarem o Programa, como já foi feito anteriormente, no que foi endossado pela Sra. Eulalia/SEMACE de que irá falar com o Superintendente da Semace para que ocorra a divulgação do programa por meio de suas mídias digitais. Comentou ainda, a Professora Irles, da importância de validar o PSMV por meio de uma certificação científica usando como canal as universidades e consequentemente utilizar os dados para divulgação do próprio programa.
16. A Sra. Socorro Azevedo/SEMA mais uma vez agradeceu a participação efetiva da Professora Irles Mayorga e ressaltou que mesmo na condição de convidada ela tem voz nas reuniões do Comitê Gestor, assim como também a importância da participação da Alice/SRH, e que ambas foram agraciadas com a menção honrosa no evento da última edição do PSMV e comunicou que todas as informações referentes ao Programa Selo Município Verde estão contidas no site da SEMA, através do endereço: <http://www.sema.ce.gov.br/index.php/selo-municipio-verde>.
17. O Sr. Iramilson/AGACE por sua vez indagou com relação a última edição, considerou que a avaliação não deveria ter sido das ações ocorridas nos anos 2014 e 2015, mas sim dos anos 2015 e 2016. Contudo o mesmo fez as seguintes perguntas: “Como será a avaliação do período da próxima edição, será 2015/2016 ou 2016/2017? Caso não haja



18. deliberação a avaliação será referente aos anos 2016/2017? A documentação comprobatória do ano 2017 será válida?” No que a Sra. Socorro Azevedo/SEMA respondeu que todas essas perguntas serão discutidas nas reuniões da Comissão Técnica, e comentou sobre a repercussão do PSMV a nível nacional, inclusive em uma reunião ocorrida em Brasília, onde esteve presente e apresentou a criação do PSMV como experiência exitosa no estado e inédita a nível nacional quanto a premiação e certificação, a exemplo dos estados da Bahia e Recife que posteriormente criaram projeto de Lei do “Selo Município Verde” porém até o momento não se tem conhecimento de sua implantação. Informou ainda que atualmente no Ceará apenas 14 municípios não possuem o COMDEMA, ou seja, cerca de quase 95% dos municípios do Estado do Ceará possuem COMDEMA criado, fato este que deve ser recorde a nível nacional, complementando que este ano a SEMA inicia um Projeto de Fortalecimento dos COMDEMAS, que incentiva a sua criação, implantação e implementação.
19. O Sr. Iramilson/AGACE falou ainda que devemos encontrar meios de avaliar a gestão e o gestor, no que foi questionado pela Sra. Najila/IFCE que não concorda e enfatizou que devemos mesmo é fortalecer os COMDEMAs e conseqüentemente descentralizar a gestão, uma vez que a proposta do Programa é avaliar a Gestão Municipal como um todo, e não o Gestor Municipal.
20. A seguir, a Sra. Socorro Azevedo propôs que as reuniões do comitê sejam realizadas de forma itinerante e em concordância com a Sra. Renata/IBAMA e o Sr. Luíz Carlos/SRH, as próximas reuniões ordinárias ocorrerão nos locais conforme abaixo:

REUNIÃO	MÊS	DIA	LOCAL	HORÁRIO 1ª Convocação
1ª Ordinária	FEVEREIRO	14	SEMA	08:30hs
2ª Ordinária	MAIO	16	SRH	
3ª Ordinária	AGOSTO	08	IBAMA	
4ª Ordinária	NOVEMBRO	14	SEMA	

Ficando como encaminhamento pela Coordenação do Programa, o calendário aprovado na última reunião de 2016, com os respectivos locais aprovados nesta reunião, e a seguir, solicitou pronunciamento das instituições presentes que podem participar da Comissão Técnica, em atendimento ao Decreto nº27.074, Seção V, Art.12 ao Art.15, ficando a Comissão Técnica composta pelas seguintes Instituições: CAGECE, BNB, UFC, SESA, AGACE, SRH, IBAMA, UECE, IFCE, SEMACE, SEINFRA, SEMA e a Professora Irles Mayorga, ficando acordado que a próxima reunião será na SEMA, no dia 07 de março de 2017, com 1ª convocação às 8:30 e 2ª convocação às 9:00 horas, e posteriormente será enviado por e-mail, aos membros de cada uma das instituições representantes, ofício de convocação.

21. Finalizando, a Sra. Socorro Azevedo/SEMA enfatizou que, diferentemente das Reuniões do Comitê Gestor que são bimestrais, não há uma periodicidade para a realização das reuniões da Comissão Técnica, as mesmas ocorrem conforme for necessário e regulamentadas pelo Decreto anteriormente citado, e mais uma vez, deu ênfase quanto a importância do envolvimento dos membros do Comitê Gestor nas ações do Programa Selo Município Verde, agradecendo a presença de todos.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Meio Ambiente

Coordenadoria de Desenvolvimento Sustentável

6

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Antonia Massília Santos Silva, secretária e, por todos os presentes.

1. Abraão Evangelista Sampaio - CAGECE
2. Antonia Massília dos Santos Silva - SEMA
3. Artur José Vieira Bruno- SEMA
4. Francisco Casimiro Filho - UFC
5. João Bosco Andrade de Moraes - SEINFRA
6. José Iramilson Costa Pereira - AGACE
7. Luiz Carlos Rocha Mota - SRH
8. Luis Gonzaga Sales Júnior - UECE
9. Maria Alice Guedes - SRH
10. Maria do Socorro F. de Azevedo - SEMA
11. Maria Eulália Costa Aragão - SEMACE
12. Maria Irles de Oliveira Mayorga - CONVIDADA
13. Mario Eduardo F. Da Silva - BNB
14. Nájjila Rejanne A. Julião Cabral - IFCE
15. Renata Leite da Silva Freire - IBAMA
16. Raimundo Nogueira Bezerra - OAB
17. Sérgio Murilo Martins Cruz - SESA
18. Ubiratan Sales Vieira - CREA